

Requiem para uma ideia de nação: A morte de Portugal de Miguel Real

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

jereis@utad.pt

O processo de formação identitária, seja de natureza individual ou colectiva, compreenda ele as ideias de género, raça, orientação sexual, ou tenha como objecto de investigação a história de uma comunidade humana marcada por elementos de diferenciação material (o território) ou simbólico (a língua), é um tópico de estudo que ocupa presentemente a investigação desenvolvida no âmbito académico dos ainda recentes estudos culturais. A questão de se saber quem sou eu, por mais biologicamente determinado que este eu se apresente na sua “clausura operacional” ou na sua “organização autopoietica” (Maturana e Varela 2007: 52) – para utilizar duas expressões dos neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Varela –, isto é, por mais diferenciado que este eu se apresente na sua irredutível constituição singular, é obviamente uma questão indissociável de se saber quem somos nós, isto é, de se saber qual a necessária interdependência que agrega e sustenta cada ser individualmente considerado.

A interrogação sobre o ser é tão antiga quanto os primórdios da auto-consciência reflexiva, e, muito antes da investigação prosseguida pela recente configuração disciplinar dos referidos estudos culturais, ela foi colocada por disciplinas do conhecimento tão variadas como a filosofia, a psicologia, a sociologia, e foi, de maneira mais esteticamente assumida, representada sob as mais elaboradas formas literárias: ser ou não ser, eis a questão que permanece irresolúvel e constantemente renovada desde que a deriva estrutural da vida gerou a inteligência humana.

Tratando-se de um processo, esse metabolismo da autoprodução identitária surge governado pelo factor tempo e torna-se sujeito de uma ordenação narrativa, tanto mais susceptível de ser historicamente objectivada quanto a sua natureza for de feição comunitária e tiver pertinência histórica. Identidade nacional e história, na sua articulação de princípio, são termos que configuram uma temática com um potencial de pesquisa que admite diferentes resultados de leitura e possíveis fórmulas interpretativas, consoante as operações que visam a sua elucidação sejam mais ou menos fundamentadas.

A proposta ensaística de Miguel Real de pensar na sua obra *A Morte de Portugal* o excuro da narrativa identitária da nação portuguesa oferece-nos uma original reflexão, fundamentada num vasto conhecimento da história cultural do nosso país, sobre a sua ontogenia simbólica, isto é, sobre as origens e transformação, mas também sobre a extinção, de modos recorrentes de auto representação da consciência colectiva da comunidade transhistórica que tem conhecido, comunicado, pensado e agido em língua portuguesa. O sentido apocalíptico do título não postula, todavia, uma certidão de óbito à soberania política de Portugal, antes aponta para a iminente cessação dos “complexos mentais” que, segundo o autor, modularam a sua concepção ao longo dos seus 800 anos de existência. Um dos traços fortes da originalidade deste ensaio decorre de a elaboração teórica do tema nele enunciado se filiar em autores nacionais cuja obra e pensamento são representativos de correntes doutrinárias e posições filosóficas antinómicas, definidoras de uma dualidade recorrente e estruturante na cultura intelectual portuguesa.

Um pouco à maneira de um quadro célebre do pintor holandês M.C. Escher em que se representam duas mãos que se desenham mutuamente, estas discretas e pertinentes formulações contraditórias sobre o nosso destino colectivo são utilizadas por Miguel Real como os operadores da análise que propõe para a compreensão desse mesmo destino. A ordenação temática que imprime ao seu ensaio é então feita a partir da intersecção daquela dualidade estruturante, como se nele inscrevesse o dinamismo dramático que define a polaridade do nosso sistema cultural, como se o seu conteúdo exegetico fosse tributário das próprias posições antinómicas que nomeia logo no início do seu livro. O abrangente espectro de referências que o autor explicita vão desde a reflexão tardo-romântica sobre os fundamentos étnicos do nosso povo proposta por Teixeira de Pascoaes (*Arte de Ser Português*), às incisões do criticismo racional pós-moderno de José Gil (*O Medo de Existir*), passando pelas empolgantes visões místico-libertárias sobre o sentido providencial da nação portuguesa de Agostinho da Silva (*Educação de Portugal*), à sua iconoclasta desconstrução empreendido por Eduardo Lourenço (*Labirinto da Saudade*) – o escrutinador dos impasses e miragens recorrentes da nossa condição mental euroatlântica – ou ainda pelo enfoque do pensamento sociológico crítico de coloração marxizante de Boaventura Sousa Santos (*Pela mão de Alice*), bem como as interrogações e as propostas derivadas de uma antropologia de matriz cristã do Padre Manuel Antunes (*Repensar Portugal*) e de Guilherme d’Oliveira Martins (*Identidade e Diferença*), respectivamente.

Esta assimilação de teses contraditórias como fundamentos subtextuais deste ensaio em que Miguel Real procura pensar o “princípio do fim” e o “fim do princípio” da identidade cultural portuguesa surge subtilmente

enunciada no paratexto incluído no final da obra, a primeira parte de a “Chuva Oblíqua”, de Fernando Pessoa. Exemplo maior da estética interseccionista pessoana, inicia-se este poema com o verso “Atravessa esta paisagem o meu sonho dum porto infinito”. Na versão reproduzida, o valor semântico do termo ‘paisagem’ é, porém, explicitamente equiparado ao significado de ‘livro’, o qual surge inserido entre parêntesis a seguir a ‘paisagem’, de maneira a orientar o sentido da leitura do verso e do poema que operam como uma espécie de escólio ao conteúdo interseccionista do ensaio. Torna-se então claro que a inserção no final obra do poema “Chuva Oblíqua” cumpre uma função metatextual, de alusão poético-simbólica à própria estratégia de composição de “A Morte de Portugal”, exercício hermenêutico que não só “intersecciona” fontes doutrinárias contrárias na análise psicossocial e historicamente fundamentada que empreende da cultura portuguesa, como também parece “interseccionar” o processo de conhecimento desse exercício com o do auto-conhecimento do próprio sujeito-autor que procede à sua exposição. De algum modo, e parafraseando Camões, podíamos dizer a propósito do ensaio “A Morte de Portugal” que o ensaísta se torna na coisa ensaiada.

Mas também a composição do *lay out* da capa do livro é indiciadora da intersecção de significados com valor antinómico, neste caso geradores de um efeito visual de ironia icónica: abaixo da impressão, a vermelho, do título do livro portador de uma mensagem necrológica sobre a condição presente do Portugal contemporâneo, reproduz-se, a negro, um emblema antigo, com alusões providencialistas e identificadoras do passado histórico do Portugal monárquico e imperial. É um emblema, originalmente impresso no frontispício da 1ª edição do Sermão de Santo António, dito pelo Padre António Vieira na Igreja das Chagas, em 1642, e cuja tema incide sobre um problema crónico nos negócios públicos portugueses, o da justiça do lançamento de impostos, ao tempo sobre a nobreza e o clero, para então fazer face à guerra contra Castela. A imagem do emblema, que compreende os principais símbolos que foram assimilados pela iconografia da actual bandeira republicana portuguesa – a esfera armilar, o escudo com cinco quinas e os cinco círculos (besantes), inserido num escudo maior e circunscrito por sete castelos –, inclui também a representação de dois anjos a ladearem o duplo escudo central, encimado por uma coroa que ambos os anjos parecem suportar com uma das suas mãos, enquanto com a outra erguem duas bandeiras com a cruz cristã, uma delas ostentando a imagem da Ordem de Cristo bordada nas velas das naus portuguesas. No canto inferior direito deste brasão, e simetricamente colocado em relação à posição da esfera armilar situada no lado esquerdo, representa-se a figura dum pelicano que se automutila para alimentar as suas crias.

Embora com acentuados tons sombrios, de que dá logo conta o paratexto inicial, o fragmento de uma *Ode* da Marquesa da Lorna, livremente intitulada pelo autor *Para o Nada, a Não-Existência, caminhamos*, preside, portanto, à composição deste ensaio de Miguel Real a figura retórica do oxímoro, ou, se se quiser, utilizando um termo da arte da pintura, à técnica do *chiaroscuro*. De facto, é da justaposição de contrárias perspectivas de entendimento e de opostas configurações de pensamento que o autor imprime uma unidade dinâmica de significação questionadora do devir histórico e cultural do nosso país. A estruturação do argumento segue uma ordem, podíamos dizer, expansiva, iniciando-se, utilizando agora os termos que definem a estrutura de composição da forma musical do *Requiem* ou ofício para os mortos, com um *Introitus*. Este, em vez de postular uma súplica ao divino para conceder repouso eterno aos defuntos, começa por desenhar “os quatro complexos culturais por que Portugal se foi concebendo ao longo de 800 anos de História” (Real 2007: 12), para seguidamente proferir uma verdadeira imprecação contra uma asfixiante ordem de valores tecnicistas, conduzida pelo primado do económico e privada de uma axiologia humanista e reverberante da matriz cristã da civilização a que pertencemos. É assim que

o ecrã da televisão permanentemente habitado por um alto grau de violência ou de imbecilidade, fazendo pé de chinelo da inteligência; o privilégio concedido a tudo o que se relaciona com a economia., sacralizando o orçamento de Estado em denegrimento do bem-estar das populações; [...] a progressiva e aceleradíssima informatização electrónica da sociedade por via de uma ideologia sem rosto nem personalidade, assente exclusivamente no controlo e na segurança; a funda queda demográfica anunciada para meados deste século, provam a existência de uma profundíssima descristianização de Portugal, de efeitos absolutamente imprevisíveis na criação de uma sociedade futura desprovida de éticas espirituais assentes em valores humanistas, porventura obediente a um totalitarismo tecnocrático e informático, no qual os portugueses e os europeus abdicarão da sua liberdade em nome da segurança e da abundância. (Real 2007: 18)

A este diagnóstico escuro da situação conjuntural do nosso país e que, sem tibiezas, é dirigido à conduta “sem sublimidade” dos “burocratas” (21) e dos sectores oligárquicos responsáveis pela sua governação, mas também à incultura, ao desleixo, à avidez, ao oportunismo, ao provincianismo, à ostentação, ao individualismo incivil que grassam numa população que tende a alienar-se, embevecida por uma mirífica Europa a que chegou, tardia e inoportunamente, quando esta já dava sinais de num tremor civilizacional; a esta quase angustiada exautoração contra um Portugal sem “o sentido individual e colectivo da Transcendência, [sem] a educação para a partilha e [sem] a espiritualidade” (26),

exibindo-se de modo “desregrado, cheirando alarvemente a dinheiro, os ricos por o terem, os pobres por o desejarem, todos por nas [novas] ‘Índias’ o espreitarem” (28), a esta disfórica caracterização de um Portugal “merecedor de um Gil Vicente que infelizmente não há” (28), e que, na sua pauperização axiológica, reencena um tipo de enfermidade mental colectiva experimentado ao tempo de D. João III, o da ausência de consciência ética comunitária agravada pelo aproveitamento parasitário do aparelho de estado a favor de interesses particulares de grupo e de indivíduos; a este desencantado cenário do estado da arte de malversar à portuguesa, Miguel Real faz antepor no *Introitus* ao seu *Requiem* por Portugal uma proposta de categorização dos complexos de atitudes que dominaram a história do nosso país até à década de 60 do século XX, e que, a seu ver, estão em vias de soçobrar diante da avassaladora e incontinente uniformização tecno-burocrática e anti-humanista que define o modelo de aculturação em curso.

São então quatro os complexos que, segundo Miguel Real, se formaram a partir da narração mítico-historiográfica da ideia de Portugal, tal como esta foi sendo figurada, desde a segunda metade do século XVI até 1980, data de pré-adesão à CEE. Três desses complexos são denominadas por via de uma derivação onomástica relativa a personalidades históricas com discretos traços de carácter vinculados a distintos legados simbólicos (viriatino, vieirino, pombalino), sendo que o quarto (canibalista) se reporta a uma atitude comum reproduzida ao longo dos últimos quatrocentos anos. Apesar de a sua respectiva quádrupla genealogia estar originalmente associada a definidos contextos temporais, o que caracteriza a lógica de manifestação ou o mecanismo operatório destes complexos, e aqui reside um dos aspectos originais da taxonomia e da abordagem psicocultural, digamos assim, proposta por Miguel Real, é a trans-historicidade ou recursividade com que podem ser aplicados na explicitação de eventos ou situações paradigmáticas da nossa História.

Assim, e sequencialmente, o complexo viriatino, tomando como referência a mitificação “concebida por Sá de Miranda e Camões, prolongada heroicamente por Frei Bernardo de Brito e Brás Garcia Mascarenhas” (12) do herói corajoso, virtuoso e impoluto Viriato, é consistente com a ideia da “origem exemplar” da nação portuguesa, cujo destino é discernido no século XVI à luz do seu protagonismo como nação descobridora e missionária. No essencial é um complexo que se revela na conduta destemida perante as adversidades bélicas (Ourique, Aljubarrota), mas também nas atitudes comportamentais de coragem, honradez, sobriedade, humildade e decência moral, e que, pelas suas conotações com as origens míticas da fundação da pátria “moveu fundo a política nacional de Salazar” (13).

A este complexo segue-se, segundo Miguel Real o da nação superior, o vieirino, que teve a sua génese como reacção contra a súbita perda da independência nacional nos finais do século XVI, quando ainda no início desse mesmo século a monarquia portuguesa tinha adquirido a legitimidade, sacralizada pelo selo papal apostado ao Tratado de Tordesilhas, de governar, literalmente, meio mundo. A formação deste complexo teve como figura tutelar o Padre António Vieira que, entre outros pregadores do século XVII (ver a Utopia do Quinto império e os pregadores da restauração do prof. João Marques), “resgatando o providencialismo de Ourique e o milenarismo de Bandarra” (Real 2007:13), promete a inauguração de uma idade de ouro cristianizada para uma humanidade governada sob os auspícios do monarca português, em colaboração com o representante na Terra do monarca do Céu. Complexo de grandeza nacional, sucessivamente revisitado, com as necessárias adaptações doutrinárias, para dar corpo, por exemplo, à ideia poética de Pessoa ou à tese pedagógica de Agostinho da Silva de incitação à transcendência colectiva nacional em vista à plena realização cultural e espiritual da humanidade. Complexo que, segundo Miguel Real, “nos determina a desejarmos mais do que nos pedem as forças e nos exigem as circunstâncias, pulsão social que orientou as caravelas portuguesas”, e que também aflora na caracterização que António José Saraiva faz do português que de, peito inchado, se ergue “para desafiar o mundo ou para o conduzir, uma vez como verdadeiro apóstolo da cristandade, outras como autêntico representante do Ocidente, outras ainda como portador do “socialismo português”, esperança do mundo” (Saraiva 1996: 82). Complexo vieirino, por fim, diríamos nós, que também se manifestou de maneira perversa na arrogância sitiada do “orgulhosamente sós” praticada pelo regime político salazarista, que pateticamente prolongou, até à exaustão final, e contra todas as evidências da *real politik*, a obstinada ilusão de reclamar, até ao terceiro quartel do século XX, a sua soberania sobre um império pluricontinental.

O terceiro complexo cultural português inventariado por Miguel Real de sentido dramaticamente oposto ao vieirino, é o que nos devolve a imagem da nação inferior e cujo processo de constituição se dá “no final do século XVIII, após 250 anos de domínio exclusivo da Igreja Católica na formação da mentalidade colectiva portuguesa” (14). A sua emergência derivou da constatação pelos intelectuais iluministas portugueses, a maioria deles emigrados no estrangeiro, da situação de trevas em que o país estava mergulhado nos planos cultural e material: no plano cultural, porque refém de um ensino escolástico e de numa metafísica pueril enredada em palavrosos jogos e argúcias conceptualistas, ou seja, em formulários e expedientes intelectuais responsáveis pelo escandaloso atraso relativamente aos progressos, entretanto ocorridos e

praticados pelas academias europeias, dos métodos científicos da física da natureza e do homem; no plano material, porque entorpecido por uma situação económica calamitosa, totalmente dependente dos potentados europeus, em particular da Inglaterra, e por uma vetusta estrutura social polarizada entre uma corte faustosa vivendo à custa do ouro do Brasil e uma população remetida à condição da indigência generalizada sem possibilidades estruturais de dela se libertar. O Marquês de Pombal, neste contexto sócio económico e cultural do país, confrangedoramente bloqueado por atavismos denunciadores de uma irredimível decadência civilizacional, é quem protagoniza a tentativa política de transformar todos os sectores da sociedade portuguesa, de reformar a mentalidade da população e, sobretudo, das suas elites, “insuflando-lhes um banho de Europa” (14), com o objectivo ideológico de as elevar a parâmetros de exigência e de responsabilidade cívica adequadas ao seu estatuto social. O complexo pombalino configura, pois, segundo Miguel Real, o sentimento de inferioridade nacional perante os padrões culturais e materiais europeus. A sua sintomática manifestação revela-se, desde a revolução liberal, em todos os sobressaltos e programas de modernização, o mais das vezes com efeitos pouco duradouros e nada consistentes na alteração profunda dos padrões de comportamento responsáveis pelos impasses estruturais do país. A emulação marcada por um sentimento de inferioridade relativamente à Europa desenvolvida é o que caracteriza, portanto, o complexo pombalino. Ou seja, aquele complexo que, segundo Miguel Real, se manifesta presentemente na orientação das políticas dominantes que fazem subordinar “a imensa valia cultural [do país] à mera e exclusiva valia dos indicadores económicos, gerando um notório sentimento de mal-estar e de inferioridade entre as actuais elites portuguesas envergonhadas do povo rústico, bruto e arcaico que comandam” (14).

O último complexo cultural inferido por Miguel Real é o que apropriadamente denomina de ‘canibalista’. De algum modo, a sua específica natureza é concomitante e participa dos outros três, denunciadores de um conjunto de antinomias estruturais da psique colectiva portuguesa, assinalados, aliás, por outros autores, (e.g. Francisco da Cunha Leão, António José Saraiva, Jorge Dias), e que Pedro Calafate tão bem enumera em *Portugal como Problema*:

antinomia entre o fervor religioso e o anticlericalismo; entre o cosmopolitismo e o sentimento de inferioridade perante o que é estrangeiro; entre a afirmação fervorosa do nosso destino colectivo e o pessimismo quase suicida sem crença nas qualidades próprias; entre a brandura temperamental e resignada e os extremos de crueldade e violência; entre a grandeza de carácter e a maledicência” (Calafate 2006: 393).

Derivado de uma real incapacidade de reconhecer o direito à diferença, e estribado em olhares segregadores e policiais diante da alteridade assumida ou simplesmente reconhecida como uma afirmação divergente da norma ou da ortodoxia dominante, o complexo canibalista é o que, segundo o autor, se tem manifestado com maior intensidade e frequência nos últimos quinhentos anos. Miguel Real não se poupa à enumeração das situações, das instituições, dos movimentos ideológicos, das atitudes envolvidas na sua permanente e reiterada aplicação. O âmbito de verificação deste complexo que define uma atmosfera de “culturofagia” é, portanto, vasto e no essencial define a atitude em que:

os portugueses se foram pesadamente devorando uns aos outros, cada nova doutrina emergente destruindo e esmagando a(s) anterior(es). [...] Católicos ou erasmistas., papistas ou hereges protestantes, jesuítas ou iluministas, religiosos ou maçónicos, carbonários-jacobinos ou eclesiásticos, tradicionalistas ou modernistas, espiritualistas ou racionalistas, cada corrente só se entendia como una e independente quando via o seu reflexo ‘puro’ nos olhos aterrorizados do adversário, quando o desapossava de bens, lhe subtraía o recurso para a sobrevivência e, em última análise, quando prendia ou matava, por vezes “matando-o” depois de estar morto, como sucedeu com os restos mortais de Garcia da Horta, em Goa, exumados e queimados. (99)

O desenvolvimento dos três subseqüentes capítulos do ensaio ou, para manter a afinidade com a terminologia musical a que recorremos, dos três andamentos derivados deste *Introitus* do *Requiem* pela morte de Portugal, são uma demonstração expandida da operatividade deste dispositivo hermenêutico, apoiado num extenso e profundo conhecimento que Miguel Real possui e criativamente exhibe da história da cultura e do pensamento português. Mas, ao mesmo tempo que o valor de explicação desse quádruplo complexo se exauriu – e daí o sentido do título do ensaio – e já não pode ser validamente aplicado a um Portugal cujo estado cultural contemporâneo está, nas palavras do autor, “moribundo, submerso pela avalanche de costumes liberais europeus e americanos, totalmente descristianizados e desumanizados” (17), a verdade é que é a esse mesmo dispositivo hermenêutico que o autor recorre para elaborar o seu argumento. A atitude viriatina e vieirina, por exemplo, parecem aflorar no tom de invectivação da passagem supra-citada. E aqui seria interessante considerar até que ponto o diagnóstico de Miguel Real activa, de modo mitigado e com diferentes matizes é certo, a pregnância dos complexos que inventaria. De facto, algo do complexo pombalino parece conduzir a análise do autor em outros contextos do seu ensaio. Isto sucede, por exemplo no seu final, quando Miguel Real reconhece que a mais que provável evolução da vertente racionalista do pensamento português, contraditória nos seus fundamentos –

como de forma sistematizada e minuciosa nos demonstra –, tenderá a prevalecer no século XXI “generalizando o ensino e a informação, criando riqueza e qualidade de vida, incentivando uma cidadania activa” (113). Abstendo-se de praticar o complexo que tão lucidamente qualificou de canibalista – denegando-o mesmo na sua raiz, ao procurar estabelecer numa perspectiva “interseccionista”, como vimos antes, uma quase síntese hermenêutica das virtualidades explicativas das contraditórias correntes doutrinárias que definem o quadro do pensamento português até ao século XX –, a exegese de Miguel Real não deixa, portanto, de ser imune à própria lógica mitográfica que identifica, isto é, não deixa de ser matizada pelo efeito singular da dinâmica cultural que analisa. Algo de vieirino, por exemplo, perpassa na sua caracterização do Portugal da época dos descobrimentos quando escreve:

Eis o Portugal europeu dos finais do século XV, princípios do XVI, ou seja o Portugal que revela à Europa que o homem é feito de muitos homens, muitas raças, muitos cores, credos, hábitos, [...] provocando [...] um contraponto prático-empírico [...] às visões físicas, matemáticas e astronómicas dos pensadores da Europa Central (62)

E algo de pombalino ressoa, por exemplo nesta passagem, onde também se nota a mão do escritor, que Miguel Real também é, de caracterização do Portugal finissecular oitocentista:

Dominavam as moçoilas e os reitores de Júlio Dinis, os administradores do conselho e os deputados caciqueiros e ignorantes de Eça de Queirós, os frades, regedores e barões de Camilo Castelo Branco – que, persistentes coo aventesmas do passado, pareciam existir num outro mundo, o mundo da província, castiço, rural, eclesial, tradicional, dominical, braçal isto é, o mundo de que a Europa desde a Revolução Científica do século XVII, das Revoluções Americana e Francesa do século XVIII e da Revolução Industrial Inglesa da primeira metade do século XIX, fugira a sete pés, industrializando-se e comercializando-se, fundindo ciência e técnica, política e mercado. (104)

Desta digressão histórica-crítica feita a partir da tese nuclear dos quatro complexos culturais ou configurações recorrentes da mentalidade colectiva portuguesa, enunciada em capítulos cujos títulos assinalam uma ordem sequencial quanto ao seu advento e quanto ao seu crepúsculo – “O princípio do fim”; “A meio do caminho”; “O fim do princípio” –, há ainda a sublinhar três ideias. A primeira, é a da rejeição de Miguel Real em adoptar uma concepção unívoca, essencialista e trans-histórica, digamos assim, da identidade cultural portuguesa e do homem português, tese esta que foi prosseguida quer pelas “filosofias espiritualistas da história” (34), quer pelas correntes racionalistas.

A segunda ideia, que é retomada como um autêntico estribilho ao longo do ensaio e que surge abundantemente exemplificada, é a que se refere ao divórcio estrutural entre o intelectual português e as “instituições socialmente dominantes” (41) – divórcio de que é paradigma, já no século XVI e coincidindo com a época áurea dos descobrimentos, a atitude de auto exílio protagonizada por Sá de Miranda nas suas terras de Basto, nauseado com o ambiente de descompostura ética da corte e com a sôfrega cupidez da população entontecida pelo “cheiro da canela”. A terceira ideia é a de que as polaridades assinaladas definem uma tendência estrutural, pobre e desoladora, da cultura portuguesa, a da ausência de uma reflexão filosófica dialecticamente continuada a favor da sobredeterminação da luta entre ideologias contrárias. Luta que tem como desenlace a institucionalização daquela ideologia que sai conjunturalmente triunfante e que se converte em doutrina indisputável da organização e do funcionamento do estado.

De D. João III a Salazar, passando pelo Marquês de Pombal, Mouzinho da Silveira e Afonso Costa, as teorias têm sido entronizadas e as suas contrárias condenadas às grilhetas da repressão. De Igreja triunfante e perseguidora até ao reinado de D. João V a Igreja perseguida e humilhada no Liberalismo e na I República, trata-se da mesma forma mentis portuguesa diabolizadora do pensamento alheio, ora castiço, ora “estrangeirado”, ora religioso, ora ateu, ora metafísico, ora cientificista. Desta posição de princípio – causada pelas circunstâncias políticas e económicas precisas, por sua vez causa de atrasos sociais e económicos futuros, numa dialéctica de que se desconhece princípio e fim –, sempre a cultura portuguesa tem saído diminuída e fragilizada, estatuiendo-se a reflexão em Portugal como autêntica arma de arremesso ideológico-político. Acção e reacção ao mesmo tempo, causa e efeito simultâneos, contaminação conspirante inconsciente, rara é a obra cultural em Portugal que não seja tocada por esta elevação da reflexão à ideologia de Estado, presumindo apresentar-se como deste redentora. (97-98)

Numa obra clássica de meados da década de 50 do século passado, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, o seu autor, o antropólogo Jorge Dias, refere que um dos traços definidores do carácter dos portugueses é o “ostinatismo”, palavra do domínio da estética musical que, segundo Pedro Calafate, enuncia “uma característica das composições musicais que acentuam a dimensão paradoxal do «movimento parado» «um movimento estático» e que segundo alguns autores pode considerar-se como uma das características da música erudita portuguesa” (Calafate 2006: 362) O ostinatismo é ilustrado por Jorge Dias como o movimento das «ondas a rolar os seixos da praia», isto é como uma cadência regular em que andamento e imobilidade se conjugam para definir uma dinâmica muito particular do ritmo da vida. Os quatro complexos

identificados por Miguel Real são, talvez, uma ilustração dessa dinâmica que tem modulado a singular história psicocultural do nosso país. Uma vez composto e terminado o *Requiem* pela sua longa vida, resta saber que música ainda por ouvir lhe sucederá.

Referências Bibliográficas

- Calafate, Pedro (2006): *Portugal Como Problema. Século XX. Os Dramas da Alternativa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público.
- Marques, João Francisco (Org.) (2007): *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*. Porto: Quasi, Biblioteca das Utopias.
- Maturana, Humberto R., Varela, J. Francisco (2007): *A Árvore do Conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana*. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. S. Paulo: Palas Athena [1984].
- Real, Miguel (2007): *A Morte de Portugal*. Porto: Campo de Letras.
- Saraiva, António José (1996): *A Cultura em Portugal. Teoria e História*. Vol. I. Lisboa: Bertrand.